

gestão dos serviços contabilísticos de 14 de setembro de 2002 a 26 de fevereiro 2006.

— Estágio Profissional no âmbito do POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais) na Câmara Municipal de Vieira do Minho — Secção de Património e Contabilidade, co-responsável pela implementação do POCAL de dezembro de 2001 a setembro de 2002.

IV — Formação Profissional mais relevante:

— Pós-graduação — Gestão Pública na Administração Local (GEPAL) — ministrado pelo CEFA;

— Pós-Graduação em Administração Pública, ministrado pela Universidade do Minho;

— Pós-Graduação em Contabilidade Pública, ministrado pelo Instituto Politécnico do Cávado e do Ave

— Curso avançado de Gestão e Inovação nas Organizações Sem fins Lucrativos, promovido pela Tecminho.

13 de julho de 2015. — O Presidente de Câmara, Eng. António Cardoso Barbosa.

308799294

## MUNICÍPIO DE VINHAIS

### Aviso (extrato) n.º 8345/2015

Em cumprimento do disposto na alínea d), n.º 1, artigo 4.º, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que foi extinta a relação jurídica de emprego público, por motivos de aposentação, com os trabalhadores a seguir indicados:

Henrique César Gomes Borges, Assistente Operacional, com efeitos a 1 de janeiro.

João Batista Gonçalves, Assistente Operacional, com efeitos a 1 de março.

Armando Henrique Garcia, Assistente Operacional, com efeitos a 1 de junho.

Fernando Henrique da Costa Batista, Assistente Operacional, com efeitos a 1 de julho.

20 de julho de 2015. — O Presidente da Câmara Municipal, Américo Jaime Afonso Pereira (Dr.)

308809312

## FREGUESIA DE BELÉM

### Aviso n.º 8346/2015

**Abertura de procedimento concursal comum com vista ao recrutamento de trabalhadores, com ou sem vínculo de emprego público, para ocupação de sete postos de trabalho do mapa de pessoal da Freguesia de Belém, da carreira e categoria de Técnico Superior, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.**

1 — Procedimento concursal

Nos termos do disposto no artigo 33.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugado com o disposto no artigo 27.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, torna-se público que, por deliberação da Junta de Freguesia de Belém de 26 de maio de 2015, na sequência de autorização da Assembleia de Freguesia tomada em reunião de 28 de abril de 2015, se encontra aberto, pelo prazo de 15 dias úteis a contar da data da publicação do presente Aviso no *Diário da República*, o procedimento concursal comum com vista ao preenchimento de sete postos de trabalho da carreira e categoria de Técnico Superior, do mapa de pessoal da Freguesia de Belém, para exercício de funções na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com as seguintes referências:

a) Ref. A — Técnico Superior de apoio ao executivo e área de ação social (1)

b) Ref. B — Técnico Superior de Serviço Social (2)

c) Ref. C — Técnico Superior de Desenvolvimento Comunitário (1)

d) Ref. D — Técnico Superior de Psicologia (3)

De acordo com solução interpretativa uniforme da Direção-geral das Autarquias Locais, de 15 de maio de 2014, devidamente homologada pelo Senhor Secretário de Estado da Administração Local, em 15 de julho de 2014, «As Autarquias Locais não têm de consultar a Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA)

no âmbito do procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação».

2 — Local e horário de trabalho

O local de trabalho situa-se nas instalações da Freguesia de Belém, em Lisboa, em regime de horário de trabalho normal, podendo haver a necessidade de realizar deslocações no território nacional.

3 — Caracterização dos postos de trabalho a ocupar

3.1 — Conteúdo funcional geral

Desempenho de funções na Freguesia de Belém incluindo:

a) Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão;

b) Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas da freguesia;

c) Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado;

d) Representação da junta de freguesia em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica enquadradas por diretivas ou orientações superiores;

e) Implementação do plano de atividades da freguesia;

f) Desenvolvimento de novas atividades nas suas áreas de atuação;

g) Acompanhamento de utentes, quer nas instalações da freguesia, quer em outros locais, incluindo o transporte dos mesmos em veículo de transporte adaptado;

h) Participar, conforme a política interna da freguesia, em projetos, cursos, eventos, e programas de ação social e saúde, ou outras atividades socioeducativas e recreativas;

i) Desempenhar tarefas administrativas inerentes à função.

3.2 — Técnico Superior de Apoio ao Executivo

a) Acompanhar a atividade da junta de freguesia, colaborar na preparação das reuniões, apoiar o executivo em reuniões de trabalho com diferentes entidades;

b) Dar sequência administrativa às deliberações da junta e despachos do presidente;

c) Participar em reuniões acompanhando membros do executivo;

d) Elaborar relatórios de acompanhamento;

e) Fazer a ligação do presidente com os colaboradores responsáveis pelos diferentes pelouros.

3.3 — Técnico Superior de Serviço Social

a) Detecção de necessidades dos indivíduos, grupos e comunidades; estudo, conjuntamente com os indivíduos, das soluções possíveis do seu problema, tais como a descoberta do equipamento social de que podem dispor, possibilidade de estabelecer contactos com serviços sociais, obras de beneficência e empregadores; colaboração na resolução dos seus problemas, fomentando uma decisão responsável;

b) Atendimento e acompanhamento das famílias sinalizadas;

c) Efetuar Relatórios Sociais para investigação, diagnóstico e intervenção social dos casos encaminhados pelos serviços, ou de cidadãos que compareçam espontaneamente na Ação Social;

d) Propor a concessão de subvenções eventuais fundamentadas em Relatório Social e Informação para despacho;

e) Planear e programar atividades no domínio dos assuntos sociais e habitação; colaborar e desenvolver programas e projetos integrados de ação social, de iniciativa municipal ou em parceria com outras instituições e agentes sociais, visando grupos especialmente carenciados, vulneráveis ou em risco;

f) Contribuir através de uma ação social sistemática e diversificada junto dos grupos sociais mais carentes, vulneráveis ou em risco, para a minimização dos problemas e carências concretas;

g) Propor famílias elegíveis para o desenvolvimento de ações de distribuição de géneros alimentares;

h) Executar as medidas de política social aprovadas pela Junta de Freguesia e no domínio das atribuições próprias ou delegadas da Freguesia;

i) Implementar projetos na área social baseados na identificação das necessidades individuais e coletivas, visando o atendimento e a garantia dos direitos dos munícipes;

j) Realizar visitas domiciliárias, relatórios sociais, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social;

k) Colaboração na resolução de problemas de adaptação e readaptação social dos indivíduos, grupos ou comunidades, provocados por causas de ordem social, física ou psicológica, através da mobilização de recursos internos e externos, utilizando o estudo, a interpretação e

o diagnóstico em relações profissionais, individualizadas, de grupo ou de comunidade.

### 3.4 — Técnico Superior de Desenvolvimento Comunitário

a) Planear e programar atividades no domínio dos assuntos sociais e habitação; colaborar e desenvolver programas e projetos integrados de ação social, de iniciativa da freguesia ou em parceria com outras instituições e agentes sociais, visando grupos especialmente carenciados, vulneráveis ou em risco;

b) Contribuir através de uma ação social sistemática e diversificada junto dos grupos sociais mais carentes, vulneráveis ou em risco, para a minimização dos problemas e carências concretas;

c) Observar, analisar e interpretar de forma autónoma fenómenos sociais e dinâmicas sociais e produzir os devidos relatórios.

### 3.5. — Técnico Superior de Psicologia

a) Resolução de problemas de adaptação e de readaptação social;

b) Detecção de necessidades da comunidade educativa com o fim de propor a realização de ações de prevenção e de implementação de medidas adequadas, designadamente em casos de insucesso;

c) Identificação de necessidades de ocupação de tempos livres, promovendo e apoiando atividades de índole cultural, educativa e recreativa;

d) Planear e programar atividades no domínio dos assuntos sociais e habitação; colaborar e desenvolver programas e projetos integrados de ação social, de iniciativa da freguesia ou em parceria com outras instituições e agentes sociais, visando grupos especialmente carenciados, vulneráveis ou em risco;

e) Contribuir através de uma ação social sistemática e diversificada junto dos grupos sociais mais carentes, vulneráveis ou em risco, para a minimização dos problemas e carências concretas.

### 4 — Posição remuneratória de referência

É oferecida, referencialmente, a 1.ª posição remuneratória da carreira/categoria de Técnico Superior, que corresponde ao nível remuneratório 11 da tabela única, e ao valor de 995,51 €.

### 5 — Requisitos de admissão

Os candidatos devem reunir os requisitos, gerais e outros, adiante discriminados, até ao último dia do prazo de candidatura.

#### 5.1 — Requisitos gerais

Constituem requisitos gerais os previstos no artigo 17.º da LTFP, a saber:

a) Nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, por convenção internacional ou por lei especial;

b) 18 anos de idade completos;

c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;

d) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;

e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

#### 5.2 — Requisitos especiais

Constituem requisitos especiais os exigíveis para ingresso na carreira de Técnico Superior, designadamente a posse do seguinte grau de Licenciatura:

Ref. A — licenciatura em áreas de gestão, psicologia, desenvolvimento comunitário ou serviço social.

Ref. B — licenciatura em serviço social.

Ref. C — licenciatura em desenvolvimento comunitário e saúde mental, ou desenvolvimento comunitário.

Ref. D — licenciatura em psicologia.

Não são admitidos candidatos detentores de formação ou experiência profissional substitutiva daquele grau académico.

#### 5.3 — Requisitos específicos

Os candidatos devem ainda possuir:

a) Conhecimentos de informática na ótica do utilizador (em particular, programas do Microsoft Office e do ERP Fresoft 2007);

b) Carta de condução de veículos da categoria B com o averbamento “Grupo 2”;

#### 5.4 — Perfil de competências e aptidões

a) Iniciativa e autonomia;

b) Análise e sentido crítico;

c) Orientação para os resultados;

d) Facilidade de inserção em equipas de trabalho;

e) Espírito de cooperação.

### 6 — Formalização de candidaturas

A apresentação das candidaturas deve ser efetuada em suporte de papel e formalizada mediante preenchimento do formulário tipo, aprovado pelo Despacho n.º 11321/2009, de 29 de abril, do Ministro de Estado e das Finanças, (publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 89, de 8 de maio de 2009), disponível na página eletrónica da DGAEP em [www.dgaep.gov.pt](http://www.dgaep.gov.pt).

#### 6.1 — Apresentação

Só é admissível a apresentação de candidatura em suporte de papel, através do formulário identificado no número anterior, devidamente preenchido e assinado pelo candidato, sob pena de exclusão liminar do presente procedimento concursal.

A apresentação da candidatura pode ser efetuada, até ao termo do prazo fixado no presente Aviso:

a) Diretamente nas instalações da freguesia, sítas no Largo dos Jerónimos, n.º 3 R/C, 1400-209 Lisboa, no horário de atendimento ao público: das 9.30h às 13.00h e das 14.30h às 18.00h; ou

b) Através do envio, por correio registado com aviso de receção, para a morada indicada, em envelope fechado, com a seguinte referência: «Procedimento concursal para preenchimento de sete postos de trabalho na carreira e categoria de Técnico Superior»;

sob pena de exclusão liminar do presente procedimento concursal.

Não são aceites candidaturas em suporte eletrónico.

#### 6.2 — Documentação

O formulário deve ser acompanhado dos seguintes documentos, sob pena de exclusão liminar do presente procedimento concursal:

a) Cópia legível do certificado de habilitações literárias;

b) Currículo profissional detalhado, devidamente datado e assinado pelo candidato;

c) Cópia legível de documento de identificação civil (cartão do cidadão, bilhete de identidade ou passaporte);

d) Cópia legível da carta de condução de veículos da categoria B, com averbamento “Grupo 2” (997);

e) Cópia legível do boletim de vacinação.

Apenas serão considerados para efeitos de avaliação das ações de formação frequentadas e relacionadas com a caracterização do posto de trabalho a ocupar e das quais seja apresentado comprovativo.

#### 6.3 — Candidatos com vínculo de emprego público

Os candidatos detentores de vínculo de emprego público por tempo indeterminado devem ainda entregar os seguintes documentos, sob pena de exclusão liminar do presente procedimento concursal:

a) Declaração emitida pelo órgão ou serviço a que o candidato pertence, devidamente atualizada à data da abertura do presente procedimento concursal, da qual conste a modalidade de vínculo constituído por tempo indeterminado, a categoria de que é titular, a posição remuneratória que ocupa nessa data, o tempo de execução das atividades inerentes ao posto de trabalho que ocupa e o grau de complexidade das mesmas, para efeitos do disposto no artigo 11.º, n.º 2, alínea c), da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na redação dada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril;

b) Declaração de conteúdo funcional emitida pelo órgão ou serviço a que o candidato pertence devidamente atualizada à data da abertura do presente procedimento concursal, da qual conste a atividade que se encontra a exercer, em conformidade com o estabelecido no respetivo mapa de pessoal aprovado;

c) A avaliação de desempenho respeitante ao último período avaliativo, não superior a 3 anos, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 11.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na redação dada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

### 7 — Métodos de seleção

#### 7.1 — Regra geral

Nos termos do n.ºs 1 e 4 do artigo 36.º da LTFP, aos candidatos são aplicados os seguintes métodos de seleção:

a) Avaliação Curricular (AC);

b) Prova de Conhecimentos (PC);

c) Entrevista Profissional de Seleção (EPS); e

d) Avaliação Psicológica (AP).

7.2 — Candidatos nas condições previstas no n.º 2 do artigo 36.º da LTFP

Aos candidatos que reúnam as condições previstas no n.º 2 do artigo 36.º da LTFP, caso não tenham exercido a opção pelos métodos referidos nas alíneas a) e b) do ponto 7.1, nos termos do n.º 3 do mesmo artigo, são aplicados os seguintes métodos de seleção:

- a) Avaliação Curricular (AC);
- b) Prova de Conhecimentos (PC);
- c) Entrevista de Avaliação das Competências (EAC); e
- d) Entrevista Profissional de Seleção (EPS).

#### 7.3 — Valoração dos métodos de seleção

Na valoração dos métodos de seleção referidos é utilizada a escala de 0 a 20 valores, de acordo com a especificidade de cada método, sendo a classificação final obtida pela aplicação de uma das seguintes fórmulas, consoante a origem e ou opção do candidato:

Candidatos previstos em 7.1:

$$CF = 0,20AC + 0,40PC + 0,20AP + 0,20EPS$$

Candidatos referidos em 7.2:

$$CF = 0,20AC + 0,40PC + 0,20EAC + 0,20EPS$$

Em que:

CF = Classificação Final  
 PC = Prova de Conhecimentos  
 AP = Avaliação Psicológica  
 EPS = Entrevista Profissional de Seleção  
 AC = Avaliação Curricular  
 EAC = Entrevista de Avaliação das Competências

#### 7.4 — Prova de conhecimentos

A Prova de Conhecimentos visa avaliar os conhecimentos académicos e ou profissionais e as competências técnicas dos candidatos, necessárias ao exercício das funções correspondentes à caracterização do posto de trabalho a ocupar. Por competências técnicas entende-se a capacidade para aplicar os conhecimentos a situações concretas e à resolução de problemas, no âmbito da atividade profissional.

A Prova de Conhecimentos assume a forma escrita, é de realização individual e efetuada em suporte de papel, com possibilidade de consulta de documentação em papel. Tem a duração máxima de uma hora e trinta minutos e incide sobre os temas a que se refere a legislação e a bibliografia identificadas no presente Aviso. Não é permitida a utilização de qualquer equipamento informático, telemóvel ou máquina de calcular, sob pena de exclusão.

A Prova de Conhecimentos incide sobre as seguintes temáticas, indicando-se elementos de consulta:

Bloco A — Legislação e regulamentação  
 Para todas as referências:

- a) Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro — Regime jurídico das Autarquias Locais;
- b) Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro — Reorganização administrativa de Lisboa;
- c) Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro — Código do Procedimento Administrativo;
- d) Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro — Código dos Contratos Públicos (CCP);
- e) Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e legislação complementar;
- f) Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, e legislação complementar;
- g) Modernização administrativa (Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 29/2000, de 13 de março);
- h) Lei de proteção de crianças e jovens em perigo (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro).

Legislação adicional para referência A:

- a) Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro — Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais;
- b) Lei n.º 47/2005, de 29 de Agosto — Estabelece o regime de gestão limitada dos órgãos das autarquias locais e seus titulares;
- c) Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de Agosto — Lei que regula a eleição dos titulares dos órgãos das autarquias locais;
- d) Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de Dezembro — Regula o regime jurídico do licenciamento do exercício e da fiscalização de diversas atividades.

Bloco B — Realidade da freguesia de Belém

- a) Boletim da Junta de Freguesia de Belém (disponível em [www.jf-belem.pt](http://www.jf-belem.pt));
- b) Documentos previsionais e de prestação de contas da Freguesia de Belém (disponíveis em [www.jf-belem.pt](http://www.jf-belem.pt)).

Bloco C — Aspectos específicos das funções

A prova pode conter qualquer matéria incluída nos programas das licenciaturas consideradas como admissíveis às funções em causa, sendo abrangida toda a sua bibliografia.

A prova irá conter situações concretas relativas à atividade a exercer na freguesia.

Bloco C — Ref. D — Técnico Superior de Psicologia

- a) Estatuto da Ordem dos Psicólogos (Lei n.º 57/2008, de 4 de setembro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 56/2008, de 8 de outubro, e alterada pela Lei n.º 27/2012, de 31 de julho);
- b) Código Deontológico da Ordem dos Psicólogos Portugueses (Regulamento n.º 258/2011, de 20 de abril).

#### 7.5 — Avaliação Psicológica

A Avaliação Psicológica visa avaliar, através de técnicas de natureza psicológica, aptidões, características de personalidade e competências comportamentais dos candidatos e estabelecer um prognóstico de adaptação às exigências do posto de trabalho a ocupar, tendo como referência o perfil de competências previamente definido.

A Avaliação Psicológica é efetuada por entidade especializada, a contratualizar pela Junta de Freguesia de Belém nos termos da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na redação dada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

#### 7.6 — Entrevista Profissional de Seleção

A entrevista profissional de seleção visa avaliar, de forma objetiva e sistemática, a experiência profissional e os aspetos comportamentais evidenciados durante a interação estabelecida entre o júri e o candidato, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal.

#### 7.7 — Avaliação Curricular

A Avaliação Curricular visa analisar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica ou profissional, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada, tipo de funções exercidas e avaliação de desempenho obtida.

A Avaliação Curricular é valorada numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas, e são considerados e ponderados os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar, a fixar pelo júri, sendo obrigatoriamente considerados os seguintes:

- a) A habilitação académica;
- b) A titularidade de carta de condução de veículos da categoria B, com averbamento “Grupo 2” (997);
- c) A formação profissional, considerando-se as áreas de formação e aperfeiçoamento profissional relacionadas com as exigências e as competências necessárias ao exercício da função;
- d) A experiência profissional com incidência sobre a execução de atividades inerentes ao posto de trabalho e o grau de complexidade das mesmas;
- e) A avaliação do desempenho, caso aplicável, relativa ao último período, não superior a três anos, em que o candidato cumpriu ou executou atribuição, competência ou atividade idênticas às do posto de trabalho a ocupar.

#### 7.8 — Entrevista de Avaliação das Competências

A Entrevista de Avaliação de Competências visa obter, através de uma relação interpessoal, informações sobre comportamentos profissionais diretamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função e é realizada nos termos da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na redação dada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

#### 7.9 — Utilização faseada dos métodos de seleção

Por razões de celeridade o júri pode optar pela aplicação dos métodos de seleção de forma faseada, nos termos do artigo 8.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na redação dada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

#### 8 — Resultados obtidos na aplicação dos métodos de seleção

Os resultados obtidos em cada método de seleção são publicitados através de lista, ordenada alfabeticamente, a disponibilizar na página eletrónica da Freguesia de Belém. Os candidatos aprovados em cada método de seleção são convocados para a realização do método de seleção seguinte, por uma das formas previstas no n.º 3 do artigo 30.º da

Portaria n.º 83-A/2009, na redação dada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

Em situações de igualdade de valores obtidos, aplica-se o disposto no artigo 35.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na redação dada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

#### 9 — Candidatos aprovados e excluídos

Constituem motivos de exclusão dos candidatos, o incumprimento dos requisitos gerais e especiais mencionados no presente Aviso, sem prejuízo dos demais legal ou regulamentarmente previstos.

Constituem ainda motivos de exclusão a não comparência dos candidatos a qualquer um dos métodos de seleção e a obtenção de uma valoração inferior a 9,5 valores em qualquer método de seleção aplicado, não sendo, neste caso, aplicados o ou os métodos de seleção seguintes.

No caso do método de seleção Avaliação Psicológica constitui motivo de exclusão, em cada fase intermédia do método, a atribuição da menção classificativa de Não apto, nos termos do artigo 18.º, n.º 3, alínea a), da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na redação dada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

Os candidatos excluídos, de acordo com o n.º 1 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na redação dada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, são notificados por uma das formas previstas no n.º 3 do mesmo artigo, para a realização de audiência de interessados.

#### 10 — Homologação da lista de ordenação final

Após homologação, a lista unitária de ordenação final dos candidatos é afixada em local visível e público das instalações da Freguesia de Belém, disponibilizada na sua página eletrónica, sendo ainda publicado um aviso na 2.ª série do *Diário da República* com informação sobre a sua publicação.

#### 11 — Júri do procedimento concursal

##### 11.1 — Competências

Compete, designadamente, ao Júri:

- a) Dirigir todas as fases do procedimento concursal;
- b) Fixar os parâmetros de avaliação e a ponderação de cada um dos métodos de seleção a utilizar;
- c) Fixar a grelha classificativa e os sistemas de valoração dos métodos de seleção;
- d) Exigir aos candidatos, em caso de dúvida, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

Das deliberações do Júri são lavradas atas, a facultar aos candidatos sempre que o solicitem.

#### 11.2 — Composição

Presidente do Júri: Nuno Xavier Rodrigues Pinho e Melo, técnico superior da Freguesia de Belém

Vogais efetivos:

Ana Paula Sales da Silva, técnica superior da Freguesia de Belém, que substituirá a Presidente nas suas ausências e impedimentos

Luís Miguel Canongia Ferreira da Costa, especialista em recursos humanos

Vogais suplentes:

Luís Branco da Silva, vogal da assembleia de freguesia

Gonçalo Silvério Marques, vogal da assembleia de freguesia

22 de julho de 2015. — O Presidente da Junta de Freguesia, *Fernando Ribeiro Rosa*.

308816813

## SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DO HEROÍSMO

### Aviso n.º 8347/2015

#### Cessação de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado

Em cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se pública a cessação do contrato de trabalho por tempo indeterminado do assistente operacional Manuel Hermínio Lourenço Miranda (posição 3, nível 3) a 01-07-2015, por acordo de cessação de contrato de trabalho em funções públicas.

21 de julho de 2015. — O Presidente do Conselho de Administração, *José Gabriel do Álamo de Meneses*.

308812269

## SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS

### Aviso n.º 8348/2015

#### Cessação da relação jurídica de emprego público

Em cumprimento do disposto na alínea d), do n.º 1, do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que a trabalhadora Ana Luisa Silva Diogo Saldanha cessou a relação jurídica de emprego público em 1/6/2015, por motivo de rescisão por mútuo acordo.

21 de julho de 2015. — O Vogal do Conselho de Administração, por delegação do Presidente do Conselho de Administração, *Dr. Sérgio Paulo Matias Galvão*.

308813135

## SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA

### Aviso n.º 8349/2015

Para cumprimento do disposto no n.º 6, do artigo 36.º, da Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, que alterou e republicou a Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, torna-se público que se encontra afixada, na Secção de Recursos Humanos e disponível para consulta na página eletrónica destes Serviços Municipalizados em [www.smas-vfxira.pt](http://www.smas-vfxira.pt), a Lista Unitária de Ordenação Final, do procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado de um posto de trabalho na categoria de Técnico Superior, Área de Contabilidade e Administração, aberto pelo aviso n.º 445/2015, publicado no *Diário da República* n.º 8, de 13 de janeiro, a qual foi homologada por despacho do Presidente do Conselho de Administração destes Serviços Municipalizados, datado de 21 de julho de 2015, após a renovação do prazo de autorização da Assembleia Municipal de 26 de novembro de 2014, em Assembleia Municipal de 25 de junho de 2015.

21 de julho de 2015. — O Presidente do Conselho de Administração, *José António da Silva de Oliveira*.

308813905



## PARTE I

### ISPA, C. R. L.

#### Regulamento n.º 486/2015

##### Preâmbulo

Dando cumprimento ao estabelecido no artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 36/2014, de 10 de março, que regula o Estatuto do Estudante Internacional a que se refere o n.º 7 do artigo 16.º da Lei n.º 37/2003, de

22 de agosto, alterada pela Lei n.º 49/2005, de 30 de agosto e pela Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, o ISPA, CRL, entidade instituidora do ISPA — Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida vem por este meio proceder à publicação do regulamento contendo os procedimentos a adotar aplicáveis aos estudantes internacionais, designado “Regulamento do Estudante Internacional”.

17 de julho de 2015. — O Presidente da Direção, *Emanuel João Flores Gonçalves*.